

RCD no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 122.846 - GO (2020/0009986-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
REQUERENTE : ALEX MARCIANO DE JESUS (PRESO)
ADVOGADO : MARIANA JAQUELINE LIMA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
GO045666
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de e-STJ fls. 154/156, na qual indeferi o pedido liminar.

Conforme relatado na decisão ora impugnada, em 19/9/2019, o requerente foi preso em flagrante (prisão posteriormente convertida em preventiva), em razão da suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 24-A da Lei n. 11.340/2006 (**descumprimento de medida protetiva**), por 2 vezes, e 147 (ameaça) e 344 (coação no curso do processo), ambos do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou a ordem precedente, que foi denegada pelo Tribunal *a quo*, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 111):

HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. CRIMES DOS ARTIGOS 24-A, DA LEI 11.340/06 (POR DUAS VEZES), 147, CAPUT (POR TRÊS VEZES) E 344, AMBOS DO CÓDIGO PENAL, E 21, CAPUT, DO DECRETO-LEI 3.688/41. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA A PRISÃO PREVENTIVA. PREDICADOS PESSOAIS. PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO.

1- Não se conhece de pedido veiculado em habeas corpus já apreciado e denegado pelo tribunal, se desprovido de fatos novos, em observância à coisa julgada formal.

2- Os predicados pessoais e o princípio da presunção de não-culpabilidade, quando presentes os requisitos da prisão preventiva, não impõem a concessão de liberdade.

3- Não há ilegalidade por excesso de prazo, quando não ultrapassado o limite temporal de 148 (cento e quarenta e oito) dias, adotado pelo entendimento consolidado desta Corte para o encerramento do procedimento ordinário, máxime porque o remédio heroico não se presta a salvaguardar possível futuro excesso.

4- Ordem parcialmente conhecida e, nesta extensão, denegada.

No recurso ordinário, alegou o requerente que não havia

fundamentação idônea apta a justificar a sua custódia cautelar. Na petição acostada às e-STJ fls. 149/152, alegou, ainda, excesso de prazo da prisão preventiva.

Indeferido o pedido liminar, a defesa solicita a reconsideração do *decisum* sob o argumento de que (e-STJ fls. 178/179):

[...] até o momento não houve a realização de audiência de instrução e julgamento na ação penal do paciente, consequentemente se encontra há mais de 05 meses encarcerado, sem qualquer resposta do judiciário.

Enfatize-se que em razão da situação mundial do Novo Coronavírus como pandemia foram tomadas medidas para enfrentamento da emergência, qual seja, a suspensão da realização de audiências, com isso, não existe ao menos previsão para que se realize audiência.

Além disso, como se vê nas informações prestadas pelo Tribunal de origem o Magistrado que atualmente é responsável pelo processo menciona que não tem perspectiva para marcar a audiência, tendo em vista que é Juiz Substituto Eventual (isso significa que haverá a troca de juízes constantemente – e nenhuma conseguirá realizar a audiência). O Paciente não pode pagar por isso!.

Diante disso, requer seja considerado: O EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA – é evidente no presente caso o excesso de prazo para a formação da culpa.

Requer, desse modo, a reconsideração da decisão que indeferiu a liminar.

É o relatório.

Decido.

Na hipótese, conforme consignado na decisão de e-STJ fls. 154/156, não vislumbro a existência de flagrante ilegalidade que possa ser verificada neste juízo preliminar.

Diga-se, ainda, que a análise da questão acerca do advento de fato novo pela pandemia de COVID-19 pelo Superior Tribunal de Justiça representa dupla supressão de instância, tendo em vista que nem o Juízo de piso nem o Tribunal de Justiça se manifestaram.

Vale mencionar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou referendo à conclamação feita pelo Ministro Marco Aurélio no bojo da ADPF n. 347.

Superior Tribunal de Justiça

É de relevo pontuar, também, que o Poder Público não se quedou inerte diante da situação. O Conselho Nacional de Justiça já publicou a **Recomendação n. 62**, que adotou medidas preventivas contra a propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. O Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde também publicaram a **Portaria Interministerial n. 7**, adotando uma série de medidas para o enfrentamento da situação emergencial.

Dessa forma, **indefiro o pedido de reconsideração.**

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator